

Sumário

CAPÍTULO 1

Introdução ao Estudo do Direito Processual Eleitoral 1

1. AS FONTES DO DIREITO ELEITORAL	1
1.1. Fontes formais imediatas	2
1.2. Fontes formais mediatas	4
2. A ANTINOMIA DA LEI ELEITORAL	6
3. OS MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL	7
3.1. Tipos de interpretação quanto ao resultado da norma eleitoral	8
4. DOS PRINCÍPIOS ELEITORAIS	8
4.1. Conceito de princípio	9
4.2. A moderna divisão dos princípios processuais eleitorais	9
4.3. Estudo doutrinário e jurisprudencial dos princípios eleitorais	9
5. RELAÇÕES DO DIREITO ELEITORAL COM AS OUTRAS DISCIPLINAS JURÍDICAS	33
6. RELAÇÃO PROCESSUAL ELEITORAL	34
6.1. A relação processual eleitoral gera direitos e obrigações	35
7. AS INSTÂNCIAS ELEITORAIS	35

CAPÍTULO 2

Persecução Penal Eleitoral Judicial 37

1. DA AÇÃO PENAL ELEITORAL	37
1.1. Conceito	37
1.2. Noções didáticas	37
2. O <i>DOMINUS LITIS</i> DA PERSECUÇÃO CRIMINAL ELEITORAL	37
3. DIVISÃO DA AÇÃO PENAL ELEITORAL	38
4. CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL ELEITORAL	38
4.1. Condições genéricas da ação penal eleitoral	38
4.2. Condições específicas da ação penal eleitoral	39

5. ESTUDO ESPECÍFICO DA AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA ELEITORAL	40
5.1. Princípios da ação penal pública incondicionada	40
6. ESTUDO ESPECÍFICO DA AÇÃO PENAL ELEITORAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA INCONDICIONADA	43
7. PRINCÍPIOS QUE REGEM A AÇÃO PENAL ELEITORAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA INCONDICIONADA	43
7.1. A decadência da ação penal eleitoral privada subsidiária da pública incondicionada	44
7.2. O prazo para ofertar ação penal eleitoral privada subsidiária da pública incondicionada	44
7.3. O início do prazo decadencial	44
7.4. A ação penal eleitoral privada subsidiária da pública incondicionada versus o pedido de arquivamento do inquérito pelo Promotor de Justiça Eleitoral	45
7.5. A ação penal eleitoral privada subsidiária da pública incondicionada na hipótese de exclusão da denúncia pelo promotor de Justiça Eleitoral	45
7.6. A ação penal eleitoral privada subsidiária da pública versus a perempção	45
7.7. A procuração na ação penal eleitoral privada subsidiária da pública	46
8. ESTUDO ESPECÍFICO DA AÇÃO PÚBLICA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA INCONDICIONADA	46
8.1. Legitimidade	47
8.2. Prazo	48
8.3. Principais diferenças entre a ação penal eleitoral subsidiária da pública incondicionada e a ação penal eleitoral privada subsidiária da pública incondicionada	48
9. DA QUEIXA-CRIME ELEITORAL	49
9.1. Conceito	49
9.2. Requisitos da queixa crime eleitoral	49
9.3. Aditamento da queixa-crime eleitoral	49
9.4. Renúncia expressa ou tácita do direito de queixa	49
9.5. Perdão do ofendido	49
10. DA DENÚNCIA ELEITORAL	50
10.1. Conceito de denúncia	51
10.2. Titularidade da ação penal eleitoral	51
10.3. O promotor de justiça eleitoral natural	51
10.4. A investidura ilegal do promotor eleitoral	53
10.5. Requisitos da denúncia eleitoral	55
11. O PRAZO DA DENÚNCIA ELEITORAL	58
11.1. As principais consequências do descumprimento do prazo para o oferecimento da denúncia eleitoral	58

12. A REJEIÇÃO DA DENÚNCIA ELEITORAL	59
13. A NATUREZA JURÍDICA DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA ELEITORAL	60
14. O INÍCIO DA AÇÃO PENAL ELEITORAL	60
15. O ADITAMENTO DA QUEIXA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA	61
16. O CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ELEITORAIS	61
17. A SUSPEIÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	62

CAPÍTULO 3

Persecução Penal Eleitoral Extrajudicial 65

1. DO INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL	65
1.1. Noções didáticas sobre a matéria	65
2. ATRIBUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO EM CRIME ELEITORAL	65
3. AUTORIDADE COMPETENTE PARA PRESIDIR O INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL	66
4. AS CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL	66
4.1. Subsidiariedade	66
4.2. Caráter discricionário	67
4.3. Obrigatoriedade	68
4.4. Sigilosidade relativa	68
4.5. Inquisitividade	69
4.6. Dispensabilidade	70
4.7. Conteúdo de elementos informativos	71
4.8. Forma documental	72
4.9. Indisponibilidade absoluta	72
4.10. Temporariedade	72
4.11. Conclusão delimitada (unidirecional)	73
4.12. Oficialidade	73
4.13. Oficiosidade	73
4.14. Instrumentalidade	73
4.15. Legalidade	74
5. COMO SE INICIA O INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL	74
5.1. Os tipos de notitia criminis eleitoral	74
5.2. As espécies de delatio criminis eleitoral	75
6. FORMAS DE INICIAR O INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL NOS CRIMES DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA	75
7. A IMPOSSIBILIDADE DE O JUIZ ELEITORAL REQUISITAR INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL	76
8. DOS PRAZOS PARA CONCLUIR O INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL	77
8.1. Dilação de prazo	77
8.2. Consequências do pedido de dilação do prazo	77

8.3. A formação de autos complementares	78
8.4. O excesso e o oferecimento da denúncia	78
8.5. Como fazer a contagem do prazo	78
9. PRINCIPAIS INCUMBÊNCIAS DA AUTORIDADE POLICIAL	79
9.1. O que o delegado deve fazer em caso de prisão em flagrante em crime eleitoral	80
10. CRITÉRIOS IDENTIFICADORES DA CIRCUNSCRIÇÃO DO DELEGADO	80
11. DILIGÊNCIAS EM OUTRA CIRCUNSCRIÇÃO	80
12. DA RECONSTITUIÇÃO	81
13. COMO TERMINA O INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL	81
14. DAS DILIGÊNCIAS REQUISITADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	82
15. A NATUREZA JURÍDICA DO INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL	82
16. DO ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO INQUISITORIAL ELEITORAL	82
17. O ARQUIVAMENTO E A COISA JULGADA	83
18. O RECURSO CABÍVEL DA DECISÃO QUE DETERMINA O ARQUIVAMENTO	83
19. O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL INDIRETO	84
20. O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL TÁCITO SUBJETIVO	84
20.1. Observações de ordem prática	84
20.2. O arquivamento do inquérito policial eleitoral tácito objetivo	84
21. A NATUREZA JURÍDICA DO ARQUIVAMENTO	85
22. A IMPOSSIBILIDADE DO DESARQUIVAMENTO DE OFÍCIO	85
23. O INDICIAMENTO ELEITORAL	85
23.1. O momento do indiciamento eleitoral	86
23.2. As espécies de indiciamento	86
24. PODERES INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	86
25. TCOE (<i>TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA ELEITORAL</i>)	89
26. O AUTO DE APREENSÃO NOS ATOS INFRACIONAIS ELEITORAIS	89

CAPÍTULO 4

Dos Procedimentos Eleitorais 91

1. CLASSIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ELEITORAIS	91
1.1. Procedimentos eleitorais cíveis	91
1.2. Procedimentos eleitorais penais	101
2. O INÍCIO DO PRAZO PARA A DEFESA	102
3. AS FORMAS DE CITAÇÃO	102

3.1. A citação por hora certa e a violação ao princípio “ <i>nemo inauditus damnari potest</i> ”	103
4. A DEFESA INICIAL DO RÉU	104
5. ARGUIÇÃO DE EXCEÇÕES	104
5.1. Principais regras práticas sobre as exceções	104
6. A CONSEQUÊNCIA DA FALTA DA DEFESA INICIAL DO RÉU	106
7. A RÉPLICA	107
8. DO SANEAMENTO DO PROCESSO	107
8.1. O procedimento para as ações penais com competência originária	108
8.2. O procedimento penal eleitoral sumaríssimo	108

CAPÍTULO 5

Da Competência Criminal Eleitoral 117

1. NOÇÕES GERAIS	117
2. CONCEITO	117
3. TIPOS DE COMPETÊNCIA ELEITORAL	117
4. FATORES DETERMINANTES DA COMPETÊNCIA JURISDICIONAL ELEITORAL	118
5. O LUGAR DA INFRAÇÃO (<i>RATIONE LOCI</i>)	119
5.1. Principal regra <i>ratione loci</i>	119
6. O DOMICÍLIO OU RESIDÊNCIA DO RÉU	119
6.1. Principais regras	119
7. DA COMPETÊNCIA PELA NATUREZA DA INFRAÇÃO	119
8. DA COMPETÊNCIA ELEITORAL POR CONEXÃO	120
8.1. As hipóteses de conexão	120
9. O EFEITO DA CONEXÃO ELEITORAL	122
10. DA COMPETÊNCIA ELEITORAL POR CONTINÊNCIA	122
10.1. As hipóteses de continência eleitoral	122
11. A COMPETÊNCIA ELEITORAL PREVALENTE	123
12. RESUMO DIDÁTICO DA REGRA E DAS EXCEÇÕES	123
13. A PRERROGATIVA DE FUNÇÃO (<i>RATIONE PERSONAE</i>)	126
14. PERPETUAÇÃO DA COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DA FUNÇÃO	127
15. QUADRO DIDÁTICO SOBRE O ÓRGÃO COMPETENTE PARA JULGAMENTO DOS CRIMES ELEITORAIS	128
16. QUEM PODE SUSCITAR O CONFLITO DE COMPETÊNCIA	129
17. O CONFLITO DE COMPETÊNCIA EM MATÉRIA PROCESSUAL PENAL ELEITORAL	130

CAPÍTULO 6

Prisões Processuais em Crimes Eleitorais 131

CAPÍTULO 7

Das Nulidades dos Votos 135

1. AS CONSEQUÊNCIAS DA NULIDADE DOS VOTOS	135
1.1. Teoria do aproveitamento dos votos condicionados à validade do registro	135
1.2. Quem deve marcar a nova eleição	139
1.3. Os votos que não podem ser computados	140
1.4. Quem não pode participar da nova eleição	140

CAPÍTULO 8

Das Ações Eleitorais 141

1. ARPI – AÇÃO DE RECLAMAÇÃO POR PROPAGANDA IRREGULAR	141
1.1. O poder de polícia no Direito Eleitoral	141
1.2. Para que serve a Arpi	145
1.3. Os motivos que ensejam a Arpi	146
1.4. Previsão legal da Arpi	147
1.5. Legitimidade ativa da Arpi	147
1.6. Legitimidade passiva da Arpi	150
1.7. Prazo para interposição da representação eleitoral	152
1.8. Competência para julgar a Arpi	153
1.9. Efeito da procedência da Arpi	154
1.10. Procedimento da Arpi	159
1.11. A representação e a litigância de má-fé	171
1.12. Honorários advocatícios em sede de Arpi	171
1.13. O ônus da prova da propaganda irregular	171
1.14. Um macete de ordem prática	172
1.15. Quando para combater a propaganda irregular devemos interpor a Aije ou a Aime	175
1.16. Princípio da responsabilidade solidária na propaganda eleitoral	175
1.17. Anexo IV – Tabela de prazos processuais previstos na Resolução nº 22.624/2007	176
2. AIJE – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL	177
2.1. Para que serve a Aije	177
2.2. Previsão legal da Aije	179
2.3. Natureza jurídica da Aije	179
2.4. Legitimidade ativa da Aije	180
2.5. Legitimidade passiva da Aije	182
2.6. Prazo para interposição da Aije	186
2.7. Competência para julgar a Aije	188
2.8. Dos efeitos da Aije	188

2.9. Dos efeitos dos recursos interpostos da sentença que julga a Aije	191
2.10. O procedimento da Aije	192
2.11. Aplicação do princípio da potencialidade lesiva	195
2.12. Honorários advocatícios	196
2.13. Análise da possibilidade de aplicação da emendatio libelli em sede de Aije	196
2.14. Observações didáticas importantes	196
3. ARAGI – AÇÃO DE RECLAMAÇÃO POR ARRECADAÇÃO E GASTOS ILÍCITOS	198
3.1. Para que serve a Aragi	198
3.2. Previsão legal da Aragi	198
3.3. Legitimidade ativa da Aragi	198
3.4. Legitimidade passiva da Aragi	199
3.5. Prazo para interposição da Aragi	199
3.6. Competência para julgar a Aragi	200
3.7. O procedimento da Aragi	200
3.8. As sanções	200
3.9. A eficácia da sentença na Aragi	201
3.10. O princípio da proporcionalidade versus a potencialidade da conduta	201
3.11. Prazo recursal	201
3.12. Efeitos do Recurso	202
3.13. A Aragi versus o RCD (Recurso contra a diplomação)	202
3.14. A possibilidade da alteração do limite de gastos dos candidatos	203
4. ARCONVE – AÇÃO DE RECLAMAÇÃO DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS	203
4.1. As condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	204
4.2. O conceito de agente público	206
4.3. As consequências práticas do descumprimento das vedações	206
4.4. Vedação à contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos ...	207
4.5. Vedação à participação em inaugurações de obras públicas	207
4.6. Os concursos públicos e o período eleitoral	208
4.7. O reflexo na lei de improbidade	210
4.8. Da legitimidade	212
4.9. O prazo para interposição de uma Arconve	212
4.10. Análise da possibilidade de exigência de prova pré-constituída	214
4.11. Análise da possibilidade de exigência de potencialidade do dano	214
4.12. Análise da necessidade da realização de novas eleições	214
4.13. Análise da possibilidade de o prefeito reeleito e cassado por conduta vedada poder concorrer ao cargo na eleição subsequente	214
4.14. Quando as condutas vedadas podem causar inelegibilidade	215

4.15. O efeito da decisão em sede de Arconve	215
4.16. Competência para julgar a Arconve	216
4.17. O procedimento da Arconve	216
5. ARDICOFI – AÇÃO DE RECLAMAÇÃO ÀS DOAÇÕES IRREGULARES AOS COMITÊS FINANCEIROS	217
5.1. Para que serve a Ardicofi	217
5.2. Previsão legal da Ardicofi	217
5.3. Quando as doações são consideradas ilegais	217
5.4. Legitimidade ativa da Ardicofi	218
5.5. Legitimidade passiva da Ardicofi	218
5.6. Prazo para interposição da Ardicofi	218
5.7. Competência para julgar a Ardicofi	218
5.8. O procedimento da Ardicofi	219
5.9. As sanções da Ardicofi	219
6. AIRC – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA	219
6.1. O objetivo da Airc	219
6.2. Os motivos que ensejam a Airc	219
6.3. Previsão legal da Airc	223
6.4. Legitimidade ativa da Airc	223
6.5. Legitimidade passiva da Airc	228
6.6. Prazo para interposição da Airc	228
6.7. Competência para julgar Airc	228
6.8. Efeito da procedência da Airc	228
6.9. Do litisconsórcio ativo e passivo	231
6.10. Atividades práticas do juiz ao receber o pedido de registro	232
6.11. Teoria das inelegibilidades extemporâneas	234
6.12. Teoria do provimento jurisdicional eficaz	235
6.13. Princípio da vida pregressa proba	238
6.14. Teoria dos indícios veementes que confirmam a vida pregressa ímproba	245
6.15. O procedimento da Airc	249
6.16. Observações didáticas	256
7. ARCISU – AÇÃO DE RECLAMAÇÃO POR CAPTAÇÃO IRREGULAR DE SUFRÁGIO	257
7.1. Para que serve a Arcisu	257
7.2. Os requisitos da Arcisu	258
7.3. Previsão legal da Arcisu	259
7.4. Legitimidade ativa da Arcisu	259
7.5. Legitimidade passiva da Arcisu	260
7.6. A teoria da autoria eleitoral mediata	261
7.7. Prazo para interposição da Arcisu	261

7.8. Competência para julgar a Arcisu	263
7.9. Efeito da procedência da Arcisu	263
7.10. O prazo recursal	265
7.11. A constitucionalidade da sanção	266
7.12. Procedimento da Arcisu	267
7.13. Potencialidade lesiva	267
7.14. Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio ativo na eleição majoritária	268
7.15. As promessas de campanha	268
7.16. Outras ações que podem ser usadas para combater a captação ilegal de sufrágio	269
7.17. Impossibilidade de a captação irregular de sufrágio ser apurada na Airc ...	270
7.18. A teoria dos frutos da árvore envenenada na unicidade da chapa	270
7.19. Análise da possibilidade de desistência da Arcisu	270
8. AIME – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	271
8.1. Para que serve a Aime	271
8.2. Previsão legal das espécies de Aime	272
8.3. A Aime e o segredo de justiça	273
8.4. Legitimidade ativa da Aime	273
8.5. Legitimidade passiva da Aime	275
8.6. Do prazo	277
8.7. Competência para julgar	281
8.8. Efeito do julgamento da Aime	281
8.9. Do procedimento da Aime	282
8.10. O mundo dos autos versus o mundo das eleições	284
8.11. A Aime à potencialidade lesiva da conduta	286
8.12. Análise da possibilidade de existir litispendência entre Aije e Aime	286
8.13. Análise recursal da Aime	287
8.14. Análise da necessidade de interposição de recurso ex officio	288
8.15. Análise da possibilidade de desistência da Aime	289
8.16. Análise da possibilidade do arbitramento de honorários de advogado	289
8.17. A tutela antecipada em sede de Aime	289
9. AIDI – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DA DIPLOMAÇÃO	290
9.1. Natureza jurídica da Aidi	290
9.2. Cabimento de espécies de Aidi	290
9.3. Análise da possibilidade de o juiz indeferir a diplomação ex officio	292
9.4. Taxatividade da ação de impugnação da diplomação	293
9.5. Legitimidade ativa da Aidi	293
9.6. Legitimidade passiva da Aidi	294
9.7. Prazo para interposição	295

9.8. Competência para julgar	295
9.9. O que causa a procedência da Aidi	296
9.10. O efeito da Aidi	296
9.11. A Aidi e o juízo de retratação	296
9.12. Procedimento da Aidi	297
9.13. A prova pré-constituída e a Aidi	298
9.14. Quando será necessária a interposição da Aidi superveniente	300
9.15. Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário entre o titular diplomado e o vice	301
9.16. Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário entre o titular diplomado e o seu partido	301
9.17. Análise da possibilidade de desistência da Aidi	301
9.18. Análise à existência de litispendência entre a Aidi, Aije e Aime	301
9.19. Análise da potencialidade lesiva em sede de Aidi	302
9.20. Observações didáticas importantes	302

CAPÍTULO 9

A mutatio e a emendatio libelli eleitoral 303

1. O PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO ENTRE A ACUSAÇÃO E A SENTENÇA ELEITORAL	303
2. A <i>EMENDATIO LIBELLI</i> NO PROCESSO PENAL ELEITORAL	304
3. AS ESPÉCIES DE <i>EMENDATIO LIBELLI</i>	305
4. A <i>EMENDATIO LIBELLI</i> E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	306
5. A IMPOSSIBILIDADE DA <i>EMENDATIO LIBELLI</i> LINEAR	306
6. A <i>EMENDATIO LIBELLI</i> EM AÇÃO PRIVADA	306
7. DA <i>MUTATIO LIBELLI</i> ELEITORAL	306
8. O RECURSO CABÍVEL DO NÃO RECEBIMENTO DO ADITAMENTO	308
9. ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA <i>EMENDATIO LIBELLI</i> EM SEDE DE AÇÃO CIVIL ELEITORAL	309
10. ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA <i>MUTATIO LIBELLI</i> EM SEDE DE AÇÃO CIVIL ELEITORAL	309

CAPÍTULO 10

Teoria Geral dos Recursos Eleitorais 311

1. NOÇÕES GERAIS DOS RECURSOS ELEITORAIS	311
2. CLASSIFICAÇÃO RECURSAL ELEITORAL	311
3. PRINCÍPIOS RECURSAIS ELEITORAIS	312
4. O FUNDAMENTO RECURSAL ELEITORAL	315
5. PRESSUPOSTOS RECURSAIS ELEITORAIS	315

5.1. Pressuposto formal ou lógico	315
5.2. Pressuposto legal ou fundamental	315
5.3. Pressuposto objetivo	316
5.4. Pressupostos subjetivos	317
6. O JUÍZO DE PRELIBAÇÃO	318
6.1. Terminologias	318
7. A EXTINÇÃO NORMAL E ANORMAL DOS RECURSOS	319
8. DA IRRECORRIBILIDADE MOMENTÂNEA DAS INTERLOCUTÓRIAS	319
9. AS CARACTERÍSTICAS DO RECURSO ELEITORAL	320
10. O EFEITO CONSTANTE E MAIS AMPLO DE TODA INTERPOSIÇÃO RECURSAL: IMPEDIR OU RETARDAR PRECLUSÕES	320
11. DA PRECLUSÃO ELEITORAL	321
12. A VANTAGEM DA PRECLUSÃO	322
12.1. Os tipos de preclusão	323
12.2. Duas observações didáticas sobre preclusão	324
13. EFEITO RECURSAL	324
14. DOS PRAZOS RECURSAIS ELEITORAIS	327
14.1. Previsão legal dos prazos eleitorais	327
14.2. Como fazer a contagem dos prazos recursais	331
14.3. Quando começa a correr o prazo para a interposição de recurso do Ministério Público Eleitoral	333
15. A PREVENÇÃO DOS RECURSOS ELEITORAIS	334
16. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS ELEITORAIS	335

CAPÍTULO 11

Estudo Específico dos Recursos Eleitorais 337

1. APELAÇÃO ELEITORAL	337
2. O RECURSO INTERPOSTO SEM AS RAZÕES	337
3. CASOS EM QUE CABEM RECURSOS DE APELAÇÃO	338
4. RECURSO INOMINADO ELEITORAL	340
5. O JUÍZO DE RETRATAÇÃO	340
6. CASOS EM QUE CABE RECURSO INOMINADO	340
7. OUTRAS DECISÕES JUDICIAIS A QUE SE PODE OPOR O RECURSO INOMINADO	342
8. O RECURSO ORDINÁRIO ELEITORAL	342
9. CABIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO	342
10. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL	344
10.1. O prequestionamento no recurso eleitoral especial	344

10.2. Observações didáticas	346
10.3. O procedimento	346
10.4. Do prazo	347
11. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ELEITORAL	347
11.1. Os embargos em decisão monocrática	347
11.2. Embargo de declaração por terceiro	348
11.3. O juízo de retratação	348
11.4. Previsão legal	349
11.5. Prazo para interposição do embargo de declaração	350
11.6. O efeito infringente no embargo de declaração eleitoral	350
11.7. Observações didáticas	351
12. CARTA TESTEMUNHÁVEL ELEITORAL	351
13. O RECURSO EXTRAORDINÁRIO ELEITORAL	353
13.1. Cabimento	353
13.2. O prazo	354
13.3. Primeiro requisito especial de admissibilidade do recurso extraordinário	355
13.4. Segundo requisito especial de admissibilidade do recurso extraordinário	355
13.5. A impossibilidade de interposição de recurso extraordinário contra acórdão do TRE	356
13.6. A impossibilidade de interposição de recurso extraordinário contra acórdão que verse sobre concessão ou denegação de medida liminar ..	356
13.7. A impossibilidade de interposição de recurso extraordinário sem o exaurimento das instâncias recursais colocadas à disposição da parte	356
13.8. Observações jurisprudenciais dominantes	357
14. EMBARGOS DE NULIDADE E INFRINGENTES ELEITORAIS	357
15. O AGRAVO DE INSTRUMENTO	358
15.1. A formulação do agravo	359
15.2. O procedimento	359
15.3. Observações jurisprudenciais eleitorais dominantes	360
16. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO ELEITORAL	361
16.1. As hipóteses de cabimento	361
16.2. Procedimento	362
17. AGRAVO DE EXECUÇÃO ELEITORAL	363
17.1. Previsão legal	363
17.2. As hipóteses de cabimento	363
18. RECURSO PARTIDÁRIO INTERNO	364
19. CORREIÇÃO PARCIAL ELEITORAL	365

CAPÍTULO 12

Ações Eleitorais Especiais 367

1. HABEAS DATA ELEITORAL	367
1.1. Previsão legal	368
1.2. Observações didáticas	368
1.3. Procedimento	368
1.4. Mandado de injunção eleitoral	369
1.5. Previsão legal	369
2. REVISÃO CRIMINAL ELEITORAL	369
2.1. Previsão legal	370
2.2. As hipóteses de cabimento	370
3. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL	371
3.1. A competência para julgar a ação rescisória	373
3.2. Análise da possibilidade de interposição de ação rescisória contra decisões que versem sobre condição de elegibilidade	373
3.3. Análise da possibilidade de concessão de tutela antecipada em sede de ação rescisória	374
3.4. Observações jurisprudenciais eleitorais dominantes	374
4. O HABEAS CORPUS NO DIREITO ELEITORAL	374
4.1. A competência para julgar o habeas corpus eleitoral	374
5. O MANDADO DE SEGURANÇA ELEITORAL	375
5.1. A legitimação passiva e ativa	376
5.2. As autoridades coatoras	376
5.3. O recurso cabível contra decisão proferida em mandado de segurança	377
5.4. Jurisprudência sobre Mandado de Segurança	377
5.5. Entendimentos sumulados pelo TSE	378
BIBLIOGRAFIA	379